

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

RELAT-GDJC - 672025
Código de validação: 0CC9F00A3C

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA - 2025 SÃO LUÍS - 6ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS

Em **13/05/2025**, por designação do Corregedor-Geral da Justiça do Maranhão, a Juíza Auxiliar da Corregedoria, Dra. DANIELA DE JESUS BONFIM FERREIRA, realizou Correição Ordinária na **6ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS**, com o objetivo de corrigir e prevenir irregularidades na prestação do serviço da Justiça na unidade, orientando e fiscalizando permanentemente a atividade jurisdicional. Para tanto, determinou a coleta de informações processuais diretamente da base de dados, bem como coletou informações prestadas pela serventia judicial da unidade, o que passa a relatar:

1 IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE CORRECIONAL

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA	DESEMBARGADOR JOSÉ LUIZ OLIVEIRA DE ALMEIDA
JUÍZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA	Dra. DANIELA DE JESUS BONFIM FERREIRA
EQUIPE	Servidores: <ul style="list-style-type: none">• MAÍRA LOPES DE CASTRO• HELYROSE ROSELY SANTOS DA SILVA• RAFAELLA VIANA PEREIRA MURAD

2 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE CORRECIONADA

2.1 INSTALAÇÕES FÍSICAS

NOME DO FÓRUM	Fórum Desembargador Sarney Costa
ENDEREÇO	Av. Carlos Cunha, S/N, Calhau, São Luís
SITUAÇÃO DO IMÓVEL	Próprio
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	Regular



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

QUALIDADE DA INTERNET

Regular



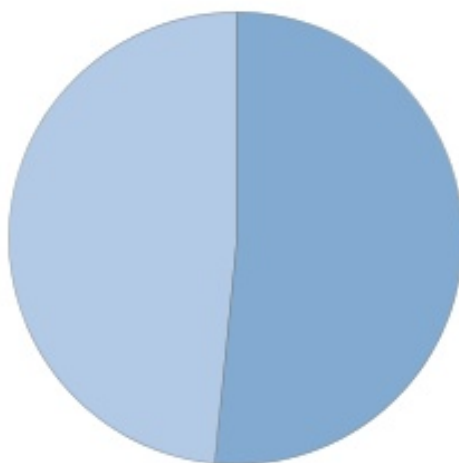
RELAT-GDJC - 672025 / Código: 0CC9F00A3C
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

3 AVALIAÇÃO DO ACERVO

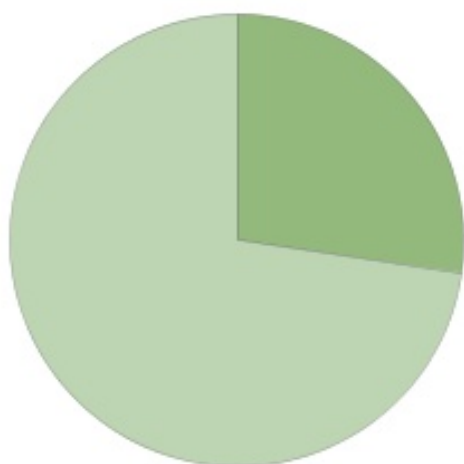
3.1 ACERVO QUANTITATIVO

Acervo Total: 2616



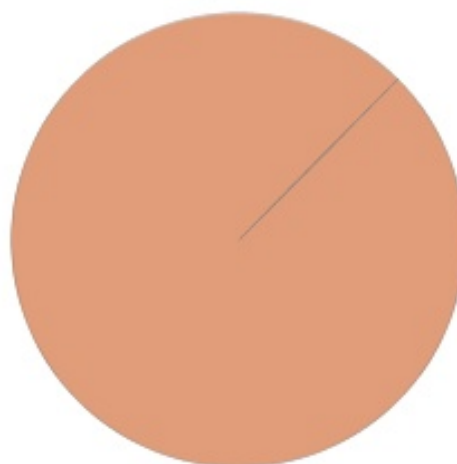
● Conhecimento	-	1342	-	51%
● Execução	-	1274	-	48%

Conhecimento: 1342



● Julgados	-	367	-	27%
● Não julgados	-	975	-	72%

Execução: 1274



● Criminal	-	0	-	0%
● Não Criminal	-	1273	-	99%

3.1.1 ACERVO POR SISTEMA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juizes Corregedores

SISTEMA	TOTAL
PJE	2645
TOTAL	2645

*Dados coletados em 30/04/2025

3.1.2 INCONSISTÊNCIA DO ACERVO

ITEM	TOTAL
Processos sem assunto	240
Classe a corrigir	0
Processos sem classe cadastrada	0
Processos sem nome de parte e/ou documento	72
Movimento de julgamento sem complemento	27
TOTAL	339

*Dados coletados em 30/04/2025

3.1.3 DESTAQUE DO ACERVO

TIPO	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)
Transitados não baixados	174	174	172
Julgados não transitados	531	526	512
Não Julgados	1673	1517	1406
TOTAL	2378	2217	2090

*Dados coletados em 30/04/2025

3.1.4 PROCESSOS CONCLUSOS

	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)
Conhecimento não criminal	392	80	14
Execução não criminal	349	87	15
TOTAL	741	167	29

*Dados coletados em 30/04/2025

3.1.5 PROCESSOS AGUARDANDO MOVIMENTAÇÃO NA SECRETARIA JUDICIAL

COMPETÊNCIA	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)	% (+100 DIAS)
Cível	1650	385	57	3.4545455
TOTAL	1650	385	57	

*Dados coletados em 30/04/2025

3.1.6 PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)
CONHECIMENTO	1276	1168	1076
Conhecimento - não julgados	860	755	679
EXECUÇÃO	1236	1147	1096



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

Execução - não julgados	813	762	727
TOTAL	2512	2315	2172

*Dados coletados em 30/04/2025

3.1.7 ACERVO QUE NÃO ADMITE JULGAMENTO

	TOTAL
Procedimentos Administrativos	0
Procedimentos Investigatórios	0
Cartas Precatórias	99
Execução Criminal	0
TOTAL	99

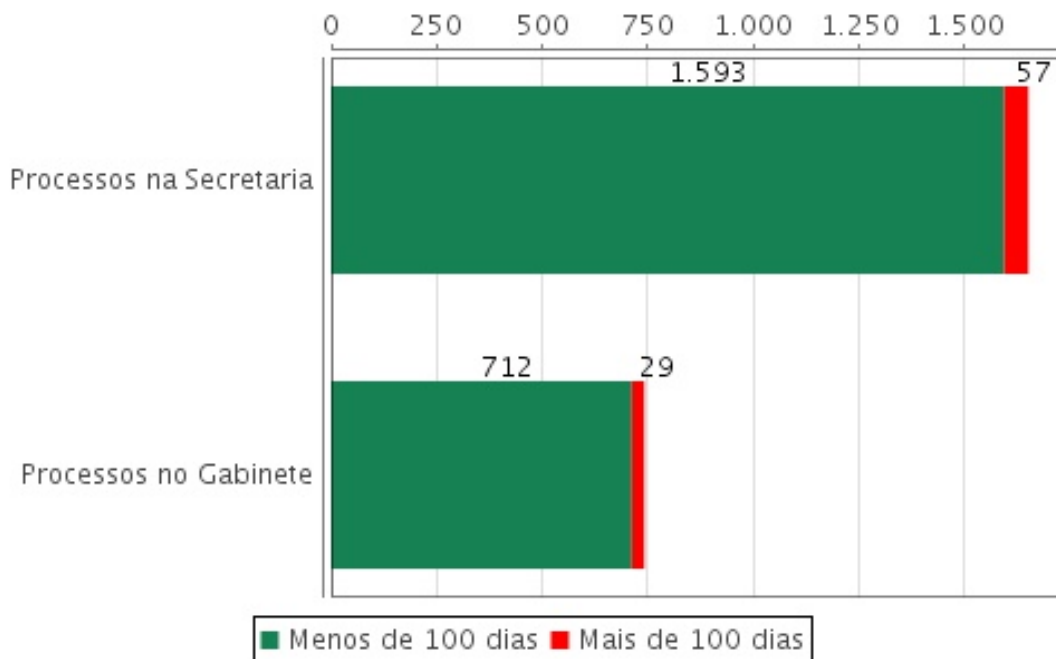
*Dados coletados em 30/04/2025

3.1.8 ACERVO SUSPENSO

TIPO	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)
Não Criminal	67	56	53
TOTAL	67	56	53

*Dados coletados em 30/04/2025

3.1.9 DIVISÃO DO ACERVO NA UNIDADE



3.2 ACERVO QUALITATIVO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juizes Corregedores

3.2.1 ACERVO TOTAL POR COMPETÊNCIA - TOP 10

COMPETÊNCIA	TOTAL
Família e Casamento	2608
Cível e Comércio	6
Conciliação e Mediação de Conflitos	1
Sucessões: Inventários, Partilhas e Arrolamentos	1
TOTAL	2616

*Dados coletados em 30/04/2025

3.2.2 PROCESSOS AGUARDANDO MOVIMENTAÇÃO NA SECRETARIA POR CLASSE - TOP 10

CLASSE	TOTAL	(+50 DIAS)	(+100 DIAS)	% (+100 DIAS)
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	556	136	27	0.0
ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68	298	63	6	0.0
DIVÓRCIO LITIGIOSO	169	49	5	0.0
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL	113	30	3	0.0
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS	103	15	1	0.0
CARTA PRECATÓRIA CÍVEL	89	31	4	0.0
RECONHECIMENTO E EXTINÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL	83	14	2	0.0
GUARDA DE FAMÍLIA	70	12	2	0.0
CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE DECISÃO	24	3	0	0.0
DIVÓRCIO CONSENSUAL	22	7	2	0.0
TOTAL	1527	360	52	

*Dados coletados em 30/04/2025

3.2.3 MAIORES LITIGANTES POR POLO (ATIVO/PASSIVO)

POLO ATIVO	TOTAL
JUIZO DA COMARCA DE SÃO LUÍS - MA	8
ADRIANA OLIVEIRA RIBEIRO	5
GISELLE FRANCA DOS SANTOS	5
LIDIANE ASSUNCAO DA CONCEICAO	4
MARYANA GUTERRES MONTEIRO DE ARAUJO	4
ADRIANA SOARES	4
MAYANE SOUZA SILVA	4
SADRAYDH NAVARRO NICOLLAS COSTA DE SENA	4
COMARCA DE ANAJATUBA	3
GUSTAVO RODRIGUES BORGNETH	3
TOTAL	44

*Dados coletados em 30/04/2025

POLO PASSIVO	TOTAL
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	223
JUIZO DA 6ª VARA DA FAMÍLIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO LUÍS	7
FÓRUM DA CAPITAL/SÃO LUIS-MA	7
JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SÃO LUIS	6
FELICIANO PEREIRA FILHO	6
TIAGO DA SILVA DE OLIVEIRA	6
COMARCA DA ILHA DE SÃO LUÍS	5
ODORICO RODRIGUES PACHECO	5
ANTONIA SOUSA COSTA MARTINS	5
ANA NAZARE MARTINS COSTA	4
TOTAL	274

*Dados coletados em 30/04/2025



3.2.6 ACERVO MAIS ANTIGO EM TRAMITAÇÃO - TOP 10

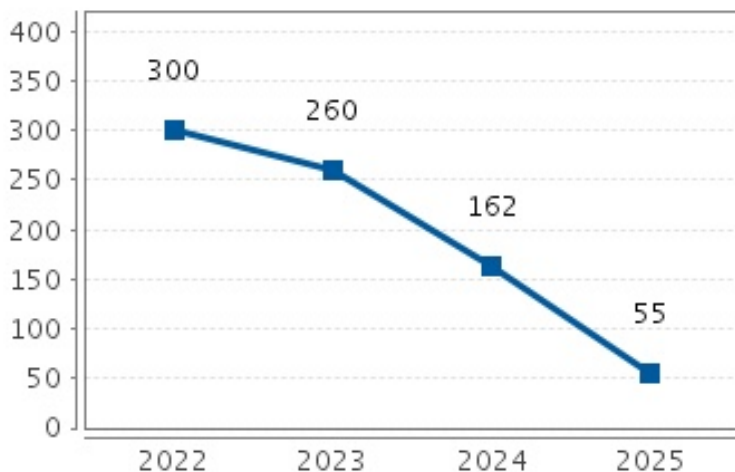
PROCESSO	DATA DA ABERTURA
0010767-37.2006.8.10.0001	05/06/2006
0026693-24.2007.8.10.0001	26/11/2007
0016351-17.2008.8.10.0001	20/06/2008
0001376-19.2010.8.10.0001	19/01/2010
0011391-47.2010.8.10.0001	09/04/2010
0032733-80.2011.8.10.0001	20/07/2011
0041980-51.2012.8.10.0001	17/10/2012
0001248-11.2013.8.10.0060	02/04/2013
0019747-26.2013.8.10.0001	16/05/2013
0019897-07.2013.8.10.0001	17/05/2013

*Dados coletados em 30/04/2025

4 EFICIÊNCIA DA UNIDADE

4.1 TEMPO MÉDIO DA INICIAL ATÉ A SENTENÇA (ÚLTIMOS 4 ANOS) - (JUSTIÇA EM NÚMEROS)

Tempo Médio de Julgamento



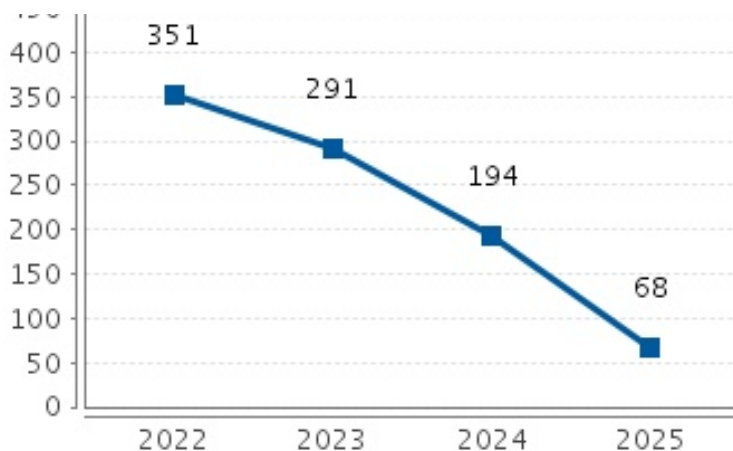
4.2 TEMPO MÉDIO DA INICIAL ATÉ A BAIXA (ÚLTIMOS 4 ANOS) - (JUSTIÇA EM NÚMEROS)

Tempo Médio de Baixa

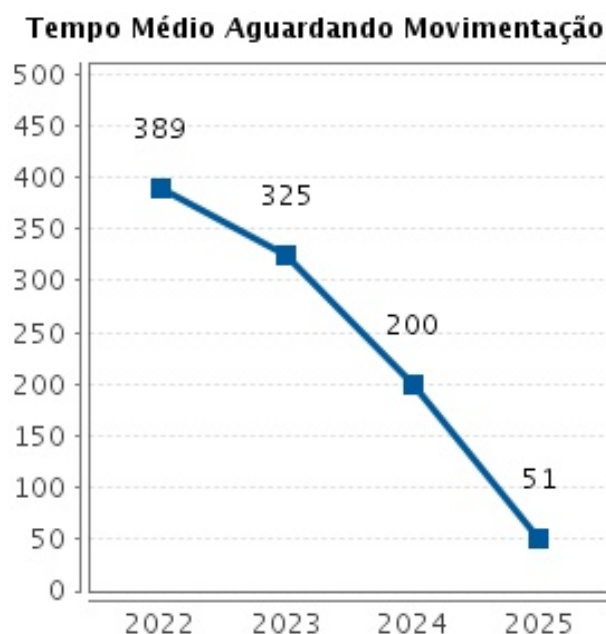
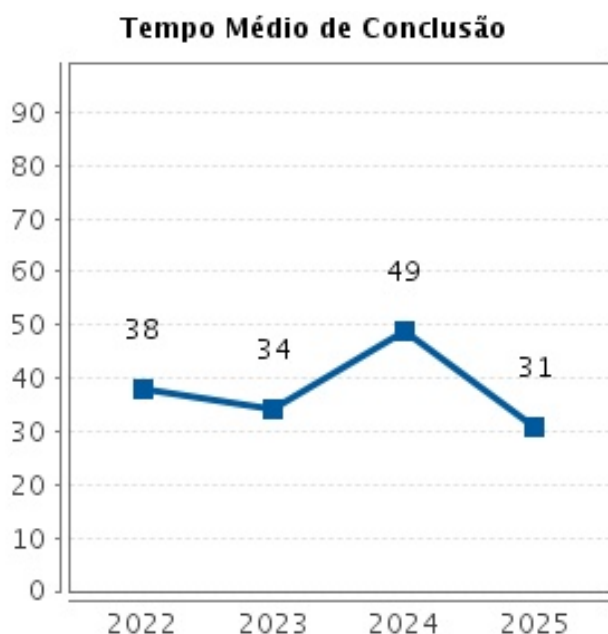
450 |



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

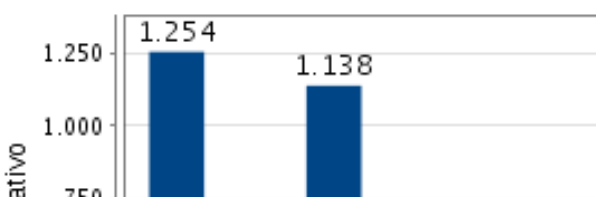


4.3 TEMPO MÉDIO DE DURAÇÃO DOS PROCESSOS NO GABINETE (CONCLUSÃO) E SECRETARIA JUDICIAL (AGUARDANDO MOVIMENTAÇÃO)

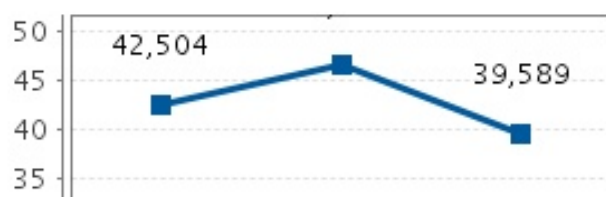


4.4 ÍNDICE DE CONCILIAÇÃO NA UNIDADE

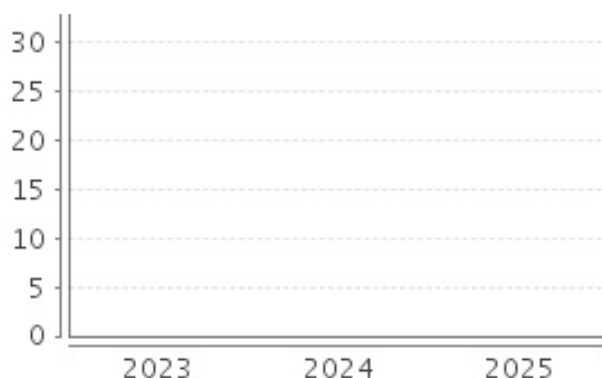
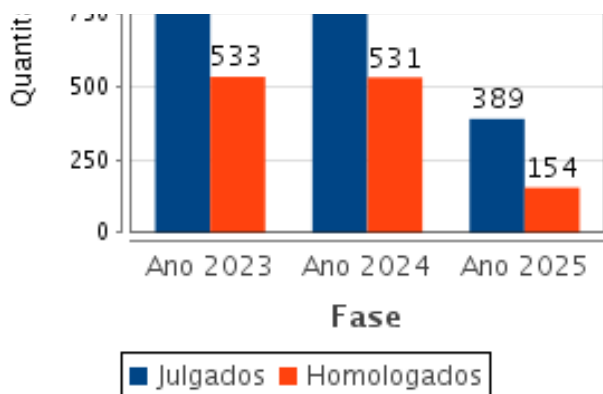
Julgados x Homologados



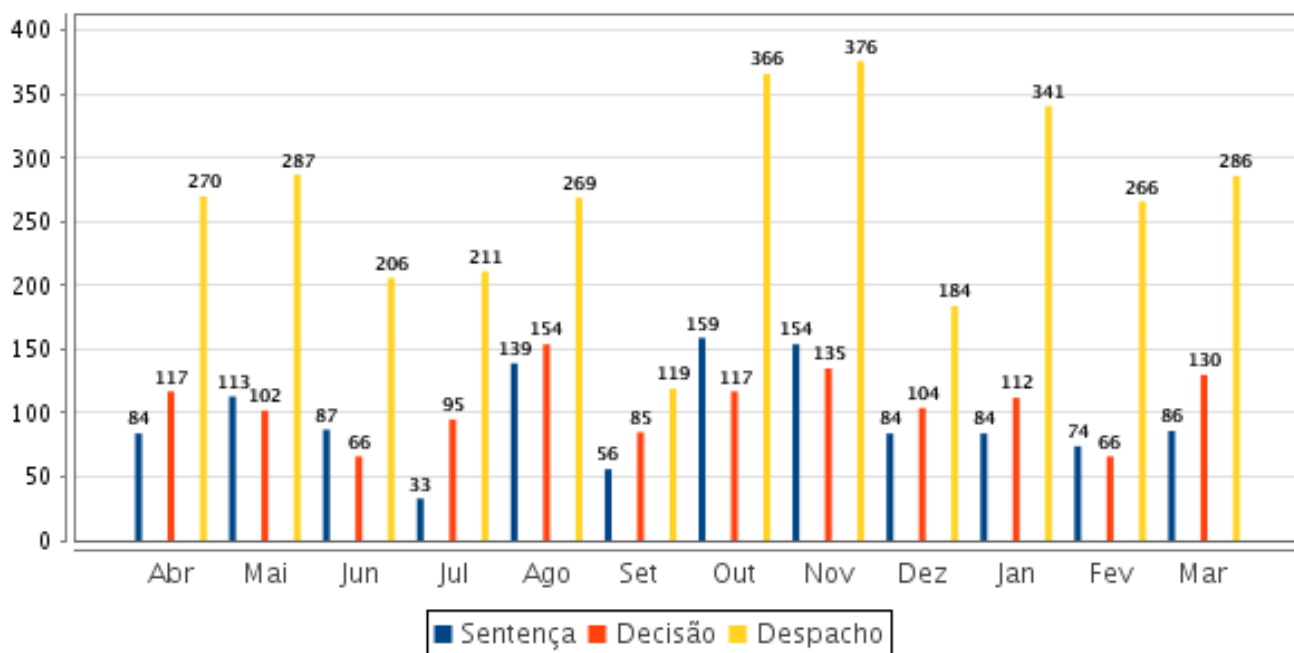
Índice de Conciliação



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores



4.5 DESEMPENHO - PRODUTIVIDADE NA UNIDADE



4.6 HISTÓRICO DE AUDIÊNCIAS DESIGNADAS, REALIZADAS, NÃO JUSTIFICADAS, CANCELADAS, NÃO REALIZADAS, REDESIGNADAS (NOS ÚLTIMOS VINTE E QUATRO MESES)

Período: Abril/2023 a Março/2024													
Audiências	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Total
Designadas	83	112	116	66	98	97	97	117	57	19	75	104	1041
Realizadas	76	102	95	52	79	80	96	108	39	17	57	88	889
Não Justificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Canceladas	5	4	1	3	4	3	0	1	1	1	2	4	29
Não realizadas	0	1	4	0	1	0	0	2	4	0	2	0	14



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

Redesignadas	0	2	14	9	11	10	1	3	12	0	13	9	84
--------------	---	---	----	---	----	----	---	---	----	---	----	---	----

Período: Abril/2024 a Março/2025													
Audiências	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Total
Designadas	113	99	132	54	99	108	106	112	96	33	85	90	1127
Realizadas	92	91	121	46	96	99	87	99	72	31	75	74	983
Não Justificadas	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Canceladas	2	2	2	1	0	2	1	1	4	1	0	3	19
Não realizadas	1	0	5	0	0	0	1	2	0	0	0	0	9
Redesignadas	16	5	2	5	2	4	17	8	18	1	8	10	96

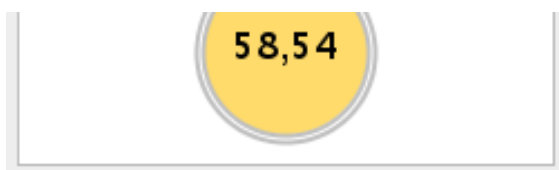
4.7 DESEMPENHO - PRODUTIVIDADE DA SECRETARIA JUDICIAL (ÚLTIMOS 12 MESES)

Tipo de Movimento	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Total
ATO ORDINATÓRIO (11383)	0	0	0	36	106	118	94	106	49	106	85	90	790
CONCLUSÃO (51)	443	404	362	378	468	385	359	423	297	362	382	329	4592
DE CONCILIAÇÃO (12740)	201	139	121	148	108	117	114	148	116	94	103	79	1488
DEFINITIVO (246)	90	86	103	60	216	123	114	168	223	64	133	116	1496
DOCUMENTO (581)	1141	1199	914	871	1094	957	952	1142	766	683	926	868	11513
ENVIO AO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO (810004)	375	408	237	223	381	333	464	457	297	346	256	290	4067
EXPEDIÇÃO DE DOCUMENTO (60)	760	949	445	463	742	490	722	769	462	694	496	581	7573
MANDADO (106)	325	368	351	178	298	298	279	314	313	199	286	213	3422
MERO EXPEDIENTE (11010)	247	276	192	63	255	109	350	352	170	334	259	279	2886
PETIÇÃO (85)	673	774	743	376	625	632	595	647	644	414	590	444	7157
REMESSA (123)	96	51	86	73	103	94	38	110	65	74	85	54	929
TRÂNSITO EM JULGADO (848)	62	62	83	58	168	92	85	116	191	31	100	99	1147
Total	4413	4716	3637	2927	4564	3748	4166	4752	3593	3401	3701	3442	47060

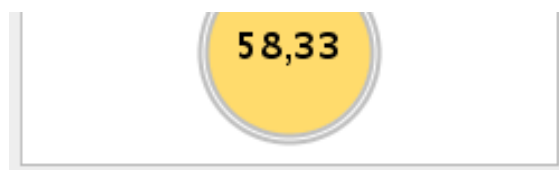
4.8 TAXAS DE CONGESTIONAMENTO DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

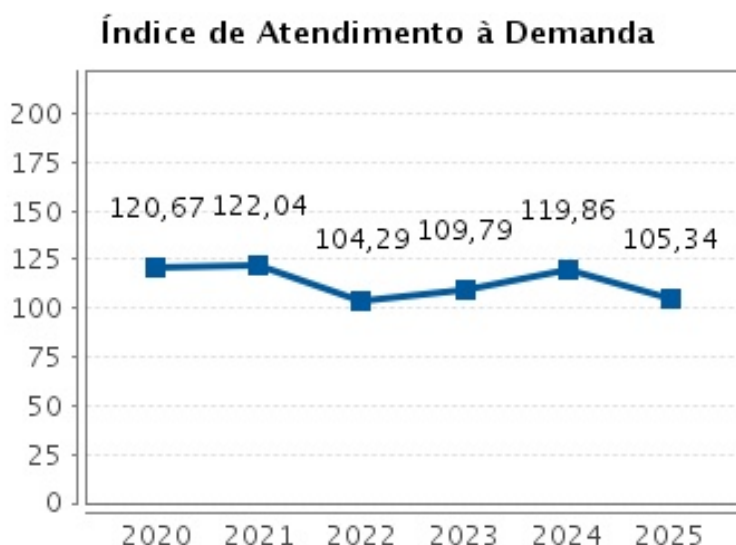


Nível 1 - Taxa de congestionamento menor ou igual a 50%.
Nível 2 - Taxa de congestionamento maior que 50% e menor ou igual a 70%.
Nível 3 - Taxa de congestionamento maior que 70% e menor ou igual a 80%.
Nível 4 - Taxa de congestionamento maior que 80%.



Nível 1 - Taxa de congestionamento menor ou igual a 50%.
Nível 2 - Taxa de congestionamento maior que 50% e menor ou igual a 70%.
Nível 3 - Taxa de congestionamento maior que 70% e menor ou igual a 80%.
Nível 4 - Taxa de congestionamento maior que 80%.

4.9 ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA



5. GERENCIAL DA UNIDADE

5.1 METAS CNJ

	Meta 1	Meta 2-A	Meta 3	Meta 5	Meta 10
PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO	91,64%	113,60%	100,00%	95,93%	55,50%

5.2 DESEMPENHO DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

Oficial de Justiça	Mandados Expedidos	Sem Devolução (+ de 30 dias)	Sem Devolução (+ de 100 dias)
OUTROS	6850	17	0

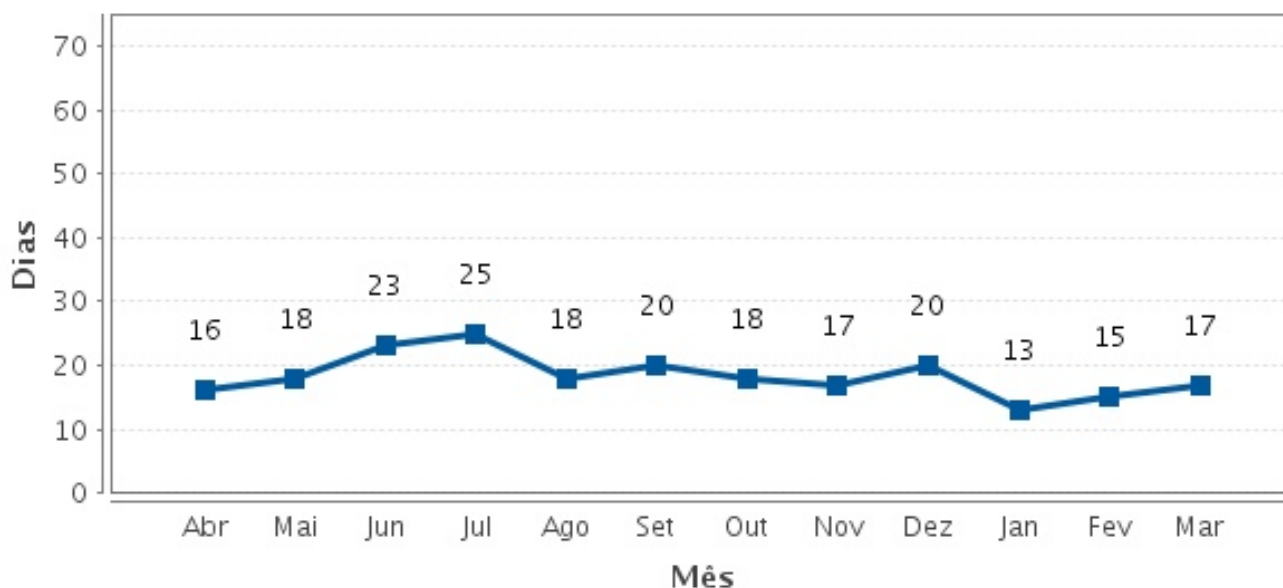


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

Total	6850	17	0
-------	------	----	---

5.3 TEMPO MÉDIO DE CUMPRIMENTO DOS MANDADOS PELO OFICIAL DE JUSTIÇA

Tempo Médio de Cumprimento de Mandados



5.4 PROCESSOS ENCAMINHADOS À PARTIDORIA, CONTADORIA, PSICOSSOCIAL E AVALIADOR

Destino	+ de 30 dias	+ de 100 dias
Psicossocial	1	0
Total	1	0

5.5 DESTAQUES

	TOTAL	+ de 100 dias
Carta Precatória ou de Ordem distribuídas e não cumpridas	104	4
Petições iniciais distribuídas sem o primeiro despacho	106	4
TOTAL	210	8

5.6 SISTEMAS UTILIZADOS NA UNIDADE - SITUAÇÃO

SISTEMA	SITUAÇÃO	OBSERVAÇÃO
DIGIDOC	Utilizado	
RENAJUD	Utilizado	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

INFOJUD	Utilizado	
INFOSEG	Utilizado	
SISBAJUD	Utilizado	
SIEL	Utilizado	
SEEU	Não Utilizado	
SNA	Não Utilizado	
BNMP	Utilizado	Unidade informou apresentar muitas inconsistências.
MALOTE DIGITAL	Utilizado	
PJECOR	Não Utilizado	
PJe	Utilizado	
THEMIS	Utilizado	
TERMOJURIS	Utilizado	

6. RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS

6.1 RELATÓRIOS PARA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

	Modo de envio	Observação
Relatório Trimestral de Prisões Provisórias (Resol-CNJ nº 66 de 27/1/2009)	NÃO TEM COMPETÊNCIA	
Relatório anual de Correição (Ordinária ou Extraordinária) realizada pela Unidade	Ofício	REALIZADAS ANUALMENTE
Relatório anual de Inspeção Extrajudicial realizada pela Unidade	NÃO TEM COMPETÊNCIA	

6.2 RELATÓRIOS OBRIGATÓRIOS AO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

	Modo de envio	Observação
Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes em conflito com a Lei - CNACL (Resol-CNJ nº 77/09 e alterações)	Não enviado	NÃO TEM COMPETÊNCIA
Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais - CNIEP (Resol-CNJ nº 47, de 18 de dezembro de 2007, alterada pela Resol-CNJ nº 326, de 26 de junho de 2020)	Não enviado	NÃO TEM COMPETÊNCIA
Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA (Resolução-CNJ nº 289 de 14 de agosto de 2019)	Não enviado	NÃO TEM COMPETÊNCIA
Sistema Nacional de Bens Apreendidos - SNBA (Resol-CNJ nº 63, de 16 de dezembro de 2008)	Não enviado	NÃO TEM COMPETÊNCIA
Cadastro Nacional de Condenados Por Ato de Improbidade Administrativa (Resol-CNJ nº 310, de 20 de março de 2020)	Não enviado	NÃO TEM COMPETÊNCIA
Sistema de Audiência de Custódia - SISTAC (Resol-CNJ nº 213, de 15 de dezembro de 2015)	Não enviado	SÃO REALIZADAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA DE PRESO CIVIL
Sistema Nacional de Interceptações Telefônicas - SNCI (Resol-CNJ nº 59, de 9 de setembro de 2008 e alterações)	Não enviado	NÃO TEM COMPETÊNCIA



7 DETALHAMENTO DOS PROCESSOS DIAGNOSTICADOS

Diagnóstico	Quantidade
Ausência de certificação nos autos (expedição de carta precatória, expedição e entrega de mandado ao oficial de justiça, decurso de prazo, trânsito em julgado etc.)	14
Ausência de prática de atos ordinatórios	1
Autos pendentes de arquivamento	10
Autos pendentes de conclusão ao magistrado	6
Autuação irregular (numeração única, classe e/ou assunto processual)	1
Determinação do magistrado sem cumprimento pela secretaria	21
Processo com diversas paralisações injustificadas	1
Processo concluso há mais de 100 (cem) dias	8
Questão processual pendente de apreciação pelo magistrado	39
Processos eletrônicos analisados	81
TOTAL GERAL	81

8 CONSTATAÇÕES DA EQUIPE CORRECIONAL

1 - Autuação irregular (numeração única, classe e/ou assunto processual)

0809673-93.2021.8.10.0001

2 - Autos pendentes de arquivamento

0012052-16.2016.8.10.0001,
0830423-53.2020.8.10.0001,
0846072-63.2017.8.10.0001,
0898914-73.2024.8.10.0001

0802491-51.2024.8.10.0001,
0839642-22.2022.8.10.0001,
0851355-57.2023.8.10.0001,

0828802-21.2020.8.10.0001,
0844608-57.2024.8.10.0001,
0856953-55.2024.8.10.0001,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juizes Corregedores

3 - Determinação do magistrado sem cumprimento pela secretaria

0011391-47.2010.8.10.0001, 0012960-44.2014.8.10.0001, 0029009-63.2014.8.10.0001,
0030083-89.2013.8.10.0001, 0046249-65.2014.8.10.0001, 0057532-85.2014.8.10.0001,
0800214-28.2025.8.10.0001, 0802491-51.2024.8.10.0001, 0803166-53.2020.8.10.0001,
0804262-40.2019.8.10.0001, 0810233-30.2024.8.10.0001, 0829598-07.2023.8.10.0001,
0832826-58.2021.8.10.0001, 0840727-72.2024.8.10.0001, 0847683-75.2022.8.10.0001,
0859758-49.2022.8.10.0001, 0867206-05.2024.8.10.0001, 0868687-03.2024.8.10.0001,
0895309-22.2024.8.10.0001, 0900388-79.2024.8.10.0001, 0902285-45.2024.8.10.0001

4 - Autos pendentes de conclusão ao magistrado

0019897-07.2013.8.10.0001, 0032733-80.2011.8.10.0001, 0804912-53.2020.8.10.0001,
0807652-76.2023.8.10.0001, 0827413-64.2021.8.10.0001, 0855634-86.2023.8.10.0001

5 - Ausência de certificação nos autos (expedição de carta precatória, expedição e entrega de mandado ao oficial de justiça, decurso de prazo, trânsito em julgado etc.)

0001248-11.2013.8.10.0060, 0001376-19.2010.8.10.0001, 0012052-16.2016.8.10.0001,
0019897-07.2013.8.10.0001, 0057532-85.2014.8.10.0001, 0802491-51.2024.8.10.0001,
0804912-53.2020.8.10.0001, 0827413-64.2021.8.10.0001, 0828802-21.2020.8.10.0001,
0829598-07.2023.8.10.0001, 0830423-53.2020.8.10.0001, 0845596-25.2017.8.10.0001,
0846072-63.2017.8.10.0001, 0856953-55.2024.8.10.0001

6 - Ausência de prática de atos ordinatórios

0800214-28.2025.8.10.0001

7 - Questão processual pendente de apreciação pelo magistrado

0000485-93.2014.8.10.0118, 0007258-20.2014.8.10.0001, 0019747-26.2013.8.10.0001,
0019897-07.2013.8.10.0001, 0021716-42.2014.8.10.0001, 0026693-24.2007.8.10.0001,
0032733-80.2011.8.10.0001, 0056118-52.2014.8.10.0001, 0059502-23.2014.8.10.0001,
0059877-24.2014.8.10.0001, 0802722-20.2020.8.10.0001, 0804912-53.2020.8.10.0001,
0806610-89.2023.8.10.0001, 0807652-76.2023.8.10.0001, 0808946-32.2024.8.10.0001,
0809673-93.2021.8.10.0001, 0811332-69.2023.8.10.0001, 0815532-85.2024.8.10.0001,
0818142-02.2019.8.10.0001, 0820155-66.2022.8.10.0001, 0822572-21.2024.8.10.0001,
0825262-57.2023.8.10.0001, 0827413-64.2021.8.10.0001, 0829572-14.2020.8.10.0001,
0830423-53.2020.8.10.0001, 0835492-66.2020.8.10.0001, 0838292-62.2023.8.10.0001,
0843652-75.2023.8.10.0001, 0847683-75.2022.8.10.0001, 0855634-86.2023.8.10.0001,
0858372-18.2021.8.10.0001, 0865992-13.2023.8.10.0001, 0866811-13.2024.8.10.0001,
0867089-14.2024.8.10.0001, 0870433-71.2022.8.10.0001, 0871142-72.2023.8.10.0001,
0878822-11.2023.8.10.0001, 0890547-60.2024.8.10.0001, 0891797-31.2024.8.10.0001



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

8 - Processo concluso há mais de 100 (cem) dias

0802722-20.2020.8.10.0001, 0811332-69.2023.8.10.0001, 0815532-85.2024.8.10.0001,
0818142-02.2019.8.10.0001, 0825262-57.2023.8.10.0001, 0830423-53.2020.8.10.0001,
0838292-62.2023.8.10.0001, 0865992-13.2023.8.10.0001

9 - Processo com diversas paralisações injustificadas

0809673-93.2021.8.10.0001

9 CONSIDERAÇÕES DA UNIDADE CORRECIONADA (PREENCHIMENTO PELA UNIDADE NO SISTEMA AUDITUS)

Considerando a crescente demanda de serviços nesta unidade judicial, bem como o elevado número de processos atualmente em tramitação e os novos feitos que vêm sendo continuamente distribuídos, venho, por meio desta, requerer a análise da possibilidade de ampliação do quadro de servidores lotados nesta unidade.

A carga de trabalho tem se mostrado significativamente superior à capacidade atual de atendimento, o que tem impactado diretamente na celeridade processual e na qualidade dos serviços prestados ao jurisdicionado. A escassez de pessoal tem exigido esforços extraordinários por parte da equipe existente, que, mesmo demonstrando dedicação e comprometimento, encontra-se sobrecarregada.

Adicionalmente, cumpre destacar que esta unidade está há mais de 01 (um) ano sem a presença de estagiários, o que agrava ainda mais o quadro, considerando que tais colaboradores desempenham papel de apoio essencial no andamento dos trabalhos judiciais e na análise preliminar dos processos judiciais.

Diante do exposto, solicitamos:

1. A designação de novos servidores para reforçar a equipe da unidade;
2. A abertura de vagas ou redistribuição de estagiários/residentes jurídicos, de modo a suprir a ausência prolongada desses importantes colaboradores.

Contamos com a habitual atenção e sensibilidade dessa Administração para a presente demanda, que visa à melhoria da eficiência e da prestação jurisdicional.

9.1 ORIENTAÇÃO SOBRE A DEMANDA DA UNIDADE CORRECIONADA

Em atenção às considerações formuladas pela unidade correiconada, oficie-se à Diretoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para apuração dos fatos narrados e tomada de eventuais providências que julgar cabíveis.

10 RECOMENDAÇÕES

10.1 À SECRETARIA JUDICIAL E AOS SERVIDORES



RELAT-GDJC - 672025 / Código: 0CC9F00A3C
Valide o documento em www.tjma.jus.br/validadoc.php

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o meio ambiente.
#ConsumoConsciente

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juizes Corregedores

ORIENTAÇÃO

Sanar as inconsistências identificadas pela equipe correccional, conferindo o tratamento processual adequado aos feitos correccionados, especialmente àqueles **paralisados injustificadamente**, no prazo razoável, em observância ao princípio da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, notadamente quanto ao seguinte processo: 0809673-93.2021.8.10.0001;

Observar se a classe processual atribuída aos processos atende a forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça, na Resolução nº 46, de 18 de dezembro de 2007 e suas alterações, retificando-as quando houver necessidade, inclusive quanto ao assunto e demais dados definidos. Foram detectadas **339 inconsistências do acervo**, dentre as quais se destacam **240 processos sem assunto**, **72 processos sem nome da parte e/ou documento** e **27 movimentos de julgamento sem complemento**, destacando-se: 0809673-93.2021.8.10.0001;

Evitar paralisações injustificadas em processos aptos ao **arquivamento**, eis que a manutenção de processos com status "ativo", quando deveria constar como "arquivados/baixados", impacta negativamente os indicadores da unidade, especialmente o acervo e a taxa de congestionamento de baixa, notadamente quanto aos seguintes processos: 0012052-16.2016.8.10.0001, 0802491-51.2024.8.10.0001, 0828802-21.2020.8.10.0001, 0830423-53.2020.8.10.0001, 0839642-22.2022.8.10.0001, 0844608-57.2024.8.10.0001, 0846072-63.2017.8.10.0001, 0851355-57.2023.8.10.0001, 0856953-55.2024.8.10.0001, 0898914-73.2024.8.10.0001;

Atentar para a incumbência de **cumprir** ordens e decisões judiciais, conforme dispõe o Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, devendo observar, nos limites da razoabilidade, os prazos para a execução dos atos judiciais, a teor do disposto no art. 228 do CPC, cabendo remeter aos seguintes processos: 0011391-47.2010.8.10.0001, 0012960-44.2014.8.10.0001, 0029009-63.2014.8.10.0001, 0030083-89.2013.8.10.0001, 0046249-65.2014.8.10.0001, 0057532-85.2014.8.10.0001, 0800214-28.2025.8.10.0001, 0802491-51.2024.8.10.0001, 0803166-53.2020.8.10.0001, 0804262-40.2019.8.10.0001, 0810233-30.2024.8.10.0001, 0829598-07.2023.8.10.0001, 0832826-58.2021.8.10.0001, 0840727-72.2024.8.10.0001, 0847683-75.2022.8.10.0001, 0859758-49.2022.8.10.0001, 0867206-05.2024.8.10.0001, 0868687-03.2024.8.10.0001, 0895309-22.2024.8.10.0001, 0900388-79.2024.8.10.0001, 0902285-45.2024.8.10.0001;

Promover, com a devida prioridade, a **conclusão dos processos pendentes**, especialmente daqueles que se encontram há maior tempo aguardando remessa ao gabinete, observando-se os prazos legais e a necessidade de assegurar a regularidade do fluxo processual. Da amostragem, constatou-se: 0019897-07.2013.8.10.0001, 0032733-80.2011.8.10.0001, 0804912-53.2020.8.10.0001, 0807652-76.2023.8.10.0001, 0827413-64.2021.8.10.0001, 0855634-86.2023.8.10.0001;

Certificar os atos quanto à expedição de documentos, decurso de prazo, tempestividade de petições, trânsito em julgado, dentre outras, evitando a paralisação por falta de impulso oficial, dentre os quais se colhe: 0001248-11.2013.8.10.0060, 0001376-19.2010.8.10.0001, 0012052-16.2016.8.10.0001, 0019897-07.2013.8.10.0001, 0057532-85.2014.8.10.0001, 0802491-51.2024.8.10.0001, 0804912-53.2020.8.10.0001, 0827413-64.2021.8.10.0001, 0828802-21.2020.8.10.0001, 0829598-07.2023.8.10.0001, 0830423-53.2020.8.10.0001, 0845596-25.2017.8.10.0001, 0846072-63.2017.8.10.0001, 0856953-55.2024.8.10.0001;

Adotar, com mais frequência, o uso de **ato ordinatório**, na forma recomendada no art. 99 do Código de Normas da CGJMA c/c Provimento nº 22/2018-CGJMA, evitando que atos sem cunho decisório fiquem a cargo do magistrado. Da amostragem, sem ato ordinatório, foram encontrados: 0800214-28.2025.8.10.0001;

Controlar rigorosamente a tarefa do PJE "processos com prazo em curso", devendo ali constar apenas feitos que efetivamente estejam nessa condição, evitando paralisações indesejáveis;

Acessar diariamente o Malote Digital da unidade, considerando tratar-se de canal de comunicação oficial utilizado para envio/recebimento de correspondências judiciais e cartas precatórias, nos termos da Resolução CNJ nº 100, de 24 de novembro de 2009, evitando que documentos enviados ao endereço da unidade jurisdicional permaneçam como "não lidos";

Fiscalizar permanentemente as cartas precatórias expedidas, com expedição de ofício, inclusive por ato ordinatório, sempre que ultrapassado o prazo de cumprimento ou a cada 3 (três) meses, nos termos do art. 99, inciso XIX, do Código de Normas da CGJ/MA. Além disso, deve manter o controle efetivo das cartas precatórias recebidas, atentando-se para o cumprimento das diligências no prazo devido, em respeito ao dever de



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

cooperação entre os órgãos jurisdicionais, conforme disposto no art. 237, inciso III, c/c artigos 67 e 68 do Código de Processo Civil, considerando-se a existência de **104 cartas pendentes de cumprimento**;
 Proceder à conclusão das petições iniciais distribuídas sem o primeiro despacho (**106**).

10.2 AO/À MAGISTRADO/MAGISTRADA

ORIENTAÇÃO		
Sanar as inconsistências detectadas pela equipe correcional, conferindo o tratamento adequado aos processos correccionados em tempo razoável, dando efetividade ao disposto no art. 5º LXXVII da CF/88, que trata do princípio da razoável duração do processo;		
Promover a análise das questões processuais pendentes de apreciação, incluindo as identificadas neste relatório: 0000485-93.2014.8.10.0118, 0007258-20.2014.8.10.0001, 0019747-26.2013.8.10.0001, 0019897-07.2013.8.10.0001, 0021716-42.2014.8.10.0001, 0026693-24.2007.8.10.0001, 0032733-80.2011.8.10.0001, 0056118-52.2014.8.10.0001, 0059502-23.2014.8.10.0001, 0059877-24.2014.8.10.0001, 0802722-20.2020.8.10.0001, 0804912-53.2020.8.10.0001, 0806610-89.2023.8.10.0001, 0807652-76.2023.8.10.0001, 0808946-32.2024.8.10.0001, 0809673-93.2021.8.10.0001, 0811332-69.2023.8.10.0001, 0815532-85.2024.8.10.0001, 0818142-02.2019.8.10.0001, 0820155-66.2022.8.10.0001, 0822572-21.2024.8.10.0001, 0825262-57.2023.8.10.0001, 0827413-64.2021.8.10.0001, 0829572-14.2020.8.10.0001, 0830423-53.2020.8.10.0001, 0835492-66.2020.8.10.0001, 0838292-62.2023.8.10.0001, 0843652-75.2023.8.10.0001, 0847683-75.2022.8.10.0001, 0855634-86.2023.8.10.0001, 0858372-18.2021.8.10.0001, 0865992-13.2023.8.10.0001, 0866811-13.2024.8.10.0001, 0867089-14.2024.8.10.0001, 0870433-71.2022.8.10.0001, 0871142-72.2023.8.10.0001, 0878822-11.2023.8.10.0001, 0890547-60.2024.8.10.0001, 0891797-31.2024.8.10.0001;		
Envidar esforços para evitar a manutenção de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias , adotando as providências necessárias para assegurar, nos limites da razoabilidade, a observância do disposto no art. 226 do Código de Processo Civil, destacando-se os seguintes processos: 0802722-20.2020.8.10.0001, 0811332-69.2023.8.10.0001, 0815532-85.2024.8.10.0001, 0818142-02.2019.8.10.0001, 0825262-57.2023.8.10.0001, 0830423-53.2020.8.10.0001, 0838292-62.2023.8.10.0001, 0865992-13.2023.8.10.0001;		
Fiscalizar os serviços da Justiça alusivos à unidade judicial, principalmente as atividades dos servidores, conforme disposição do 38, XIV, do Código de Normas da CGJ/MA c/c inciso X do art. 41 do Código de Organização Judiciária do Estado do Maranhão e, também, em observância aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, da Agenda 2030 da ONU, especificamente o de nº 16, contribuindo com o desenvolvimento de instituições eficazes, notadamente promovendo a gestão das tarefas para prestar uma atividade jurisdicional célere e de qualidade, além de fiscalizar o cumprimento das recomendações já mencionadas;		
Manter o controle permanente de fiscalização de cartas precatórias recebidas, priorizando o cumprimento e devolução das 104 cartas pendentes de cumprimento , em observância ao dever de cooperação entre os órgãos jurisdicionais, conforme disposto no art. 237, inciso III, c/c artigos 67 e 68 do Código de Processo Civil;		
Analisar os processos, proferindo sentenças, despachos e decisões nos prazos legais, destacando que há 106 petições iniciais não apreciadas . Importa, ainda, acompanhar os 53 processos suspensos há mais de 100 dias .		

11 PROPOSIÇÕES E DELIBERAÇÕES

OCORRÊNCIA	DIRETRIZ	PRAZO
Taxa de Congestionamento: Considerando relatório extraído do Sistema TERMOJURIS, em		



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
Corregedoria Geral da Justiça
Gabinete dos Juízes Corregedores

abril de 2025, a taxa de congestionamento líquida de baixa na fase de conhecimento atingiu 58,33% , patamar não desejável, é necessária a redução mínima de 2 (dois) pontos percentuais no prazo de 4 (quatro) meses , contados da ciência deste relatório, sob pena de adoção de medidas interventivas na unidade.	Redução de 2 p.p.	4 MESES
Processos paralisados: Considerando relatório extraído em abril de 2025, por meio do Sistema TERMOJURIS, que aponta a existência de 86 processos paralisados há mais de 100 dias (29 em gabinete + 57 secretaria) , é necessária a redução desse quantitativo em 100%, no prazo de 4 (quatro) meses , contados da ciência deste relatório	Redução em 100%	4 MESES

12 ENCERRAMENTO

Considerações Finais
Orientou-se quanto ao uso correto dos sistemas de gestão e processual, bem como da necessidade de acompanhamento das metas nacionais.
Oficie-se ao magistrado responsável pela 6ª Vara da Família do Termo Judiciário de São Luís para que, no prazo de 60 (sessenta) dias , a partir da ciência deste relatório, comprove a correção dos fatos diagnosticados e demonstre o acatamento das recomendações (itens 8 e 10), bem como atenda às proposições constantes do item 11, nos prazos ali definidos, sob pena das sanções previstas no §1º do art. 25 da Resolução GP nº 9/2016.
Deverá a Coordenação de Serventias Judiciais proceder o monitoramento do referido prazo, bem como certificar a movimentação dos processos correccionados, comunicando, ao fim do interregno, à Juíza Auxiliar designada, a quem caberá deliberar, submetendo, na sequência, ao Excelentíssimo Corregedor-Geral da Justiça.
Como aspecto positivo da unidade, destaque-se o cumprimento das Meta 2-A (113,60%) e Meta 3 (100,00%) .
Nada mais havendo a deliberar, foi encerrado o presente Relatório, que lido e achado conforme, vai assinado pela Juíza Auxiliar, e submetido à aprovação do Corregedor-Geral da Justiça.
São Luís (MA), 30 de maio de 2025.

DANIELA DE JESUS BONFIM FERREIRA
JUÍZA AUXILIAR DA CORREGEDORIA
GABINETE DOS JUÍZES CORREGEDORES
Matrícula 144113

Documento assinado. SÃO LUÍS - TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 03/06/2025 15:30 (DANIELA DE JESUS BONFIM FERREIRA)

